



O SIGNIFICADO MODERNO DE “REVOLUÇÃO”: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE KOSELLECK E ARENDT

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3630

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva, UNESP.

Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira, UNESP

Resumo

O conceito “revolução” é utilizado no cotidiano de forma ampla e pouco rigorosa. Podemos observá-lo em uma infinidade de situações que vão desde análises políticas sérias até comerciais de carros na televisão. Parece-nos que, embora seja empregado em diversos e distintos contextos, preserva uma característica semântica comum: a ideia de rompimento, de transformação abrupta e, muitas vezes, irreversível. Esta definição, suportada pelo senso comum, e endossada por boa parte dos dicionários, acaba ofuscando a complexidade e a historicidade que o conceito “revolução” possui. Aos historiadores é recomendável conhecer o percurso deste termo para que possam, não apenas qualificar as pesquisas que empreendem, mas também refletir sobre a importância semântica e temporal do conceito na construção da narrativa histórica. Alguns pensadores, tais como Reinhart Koselleck e Hannah Arendt, a partir da análise dos fenômenos revolucionários americano e francês, ajudam-nos a resgatar os entendimentos históricos desse poderoso conceito e a entender como a sua transformação, durante o tempo, atendeu a diversas representações de um mundo em permanente mudança. Esta comunicação tem por objetivo refletir sobre as origens do significado moderno de “revolução” a partir da perspectiva teórica da história dos conceitos, característica na obra de Koselleck, e da filosofia denunciadora de Hannah Arendt.

Palavras Chave:

Revolução; história dos conceitos; Modernidade

Introdução

Os conceitos e seus significados são profícuos instrumentos de trabalho para o historiador não só pelo fato de serem elementos obrigatórios de um texto, fazendo com que o cientista tenha de dominar um razoável conjunto de vocábulos para poder atuar na área, mas também porque representam aspectos da vida coletiva de uma dada sociedade. Assim, os significados das palavras podem nos revelar formas de representações de mundo ao longo de várias épocas e em distintos lugares. Estas formas de imaginar e registrar o mundo, se trabalhadas a partir de um referencial teórico-metodológico apropriado, podem fornecer base para uma rica produção histórica¹.

Este é o caso do conceito “revolução”, que ganha, neste ano de 2017, ainda mais visibilidade por conta do centésimo aniversário da Revolução de Outubro. Neste ano, muitas são as semanas e os congressos de História que relembram esse que foi um dos mais importantes eventos do século XX: a Revolução Russa.

É certo que o conceito “revolução” tem sido usado diariamente em uma infinidade de contextos diferentes. Por meio de uma rápida prospecção da palavra na internet, podemos notar sua utilização pelos produtores de mídia, várias vezes ao dia, em situações as mais variadas: em

comerciais de carros², no jornalismo desportivo³ e até mesmo para se referir a novas formas estéticas de coloração do cabelo⁴.

Parece-nos que, ainda que seu uso guarde uma característica semântica comum – o sentido de rompimento, de descontinuidade de um processo acabado e o início de outro –, existe um recorrente uso do conceito “revolução” de forma banal e pouco rigorosa⁵. Na verdade, a palavra é esvaziada de seu sentido histórico e se torna sinônimo de “mudança”, de “cisma”. Se a utilização popular contemporânea do conceito pode ser um rico material de análise para linguistas, etnólogos e lexicógrafos, seu sentido político-econômico e ideológico deve ser respeitado pelo historiador em ofício.

Neste texto pretendemos realizar uma reflexão sobre as origens do conceito moderno de “revolução” a partir de dois teóricos alemães que, embora tenham seus escritos concentrados no século XX, possuem uma notória atualidade: Hannah Arendt e Reinhart Koselleck.

Usos antes das revoluções francesa e estadunidense.

O significante “revolução” é relativamente novo no campo léxico das línguas ocidentais. Hannah Arendt – notória filósofa alemã do século XX – identifica sua origem ligada a sua utilização por parte dos filósofos naturais do final da

¹ É essa, inclusive, a proposta da perspectiva historiográfica teórico-metodológica da chamada história dos conceitos que, longe de apenas buscar os significados e suas temporalidades, eleva o “conceito” ao patamar de documento histórico e, através da análise de seu campo semântico, consegue investigar as sociedades e seus imaginários (KOSELLECK, 2006).

² Como é o caso do carro da montadora Honda, modelo HR-V. O lançamento do automotivo é retratado como uma revolução. Disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=WIR8wjT568k>

³ A recente ida do jogador Neymar para o time Paris Saint-Germain Football Club é caracterizada

como uma revolução. Disponível em reportagem da *O Globo*:

<https://oglobo.globo.com/esportes/nova-casa-de-neymar-psg-passa-de-25-bilhoes-investidos-em-jogadores-21679476>

⁴ Reportagem da Revista *ISTOÉ* de 14/08/017 fala da “revolução grisalha” e do crescente uso estético do cabelo grisalho. Disponível em: <http://istoe.com.br/revolucao-grisalha-adeus-tinturas-cabelos-brancos-estao-na-moda/>

⁵ O próprio Koselleck já havia detectado esse uso desmedido e pouco criterioso da palavra e definido como “clichê” na página 61 do livro *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos* (2006).

Idade Média e do início da Modernidade, na descrição da trajetória cíclica dos astros (ARENDDT, 1988, p. 34). Consideração, essa, curiosa: o termo “revolução” era empregado, no século XVI, como forma de descrever e classificar os movimentos que os corpos celestes desenvolviam no firmamento, que têm, por definição, a ideia de que, ao final de cada ciclo, todos os objetos retornariam ao mesmo ponto.

Assim também entende Koselleck: “Uma revolução significava então, primordialmente, de acordo com a etimologia da palavra, um movimento cíclico” (KOSELLECK, 2006, p. 63). Essa forma de conceituação é facilmente identificada ao observarmos seu uso por Nicolau Copérnico em seu *De revolutionibus orbium coelestium*⁶ (Das Revoluções das Esferas/Órbitas Celestes), lançado no ano de 1543. O uso da palavra, longe de estar associado com o “ato ou efeito de revolucionar(-se), de realizar mudanças profundas ou radicais”⁷, tinha o objetivo de reconhecer e classificar o movimento de objetos que, embora sejam passíveis de mudança e de deslocamento no espaço, sempre retornam ao seu local de origem para recomeçar um novo movimento idêntico ao primeiro. Essa é a característica da órbita celeste: embora possamos reconhecer que os astros estão em deslocamento em relação à Terra, eles estariam presos a movimentos cíclicos e perpétuos, sobre os quais o homem não teria qualquer possibilidade de intervenção. Estas reflexões não se opõem ao entendimento de Francismary Alves da Silva⁸. Esta, utilizando estudos de Bernard Cohen, defende que o termo “revolução” tem “origem no latim antigo, *revolvere*, [que] significava voltar atrás, revirar-se,

reler, repetir, repensar.” (SILVA, 2010).

Pensamentos acerca da alteração de quadros políticos – parecidos com o que entendemos do conceito na contemporaneidade – podem ser encontrados desde a Antiguidade Clássica. Segundo Arendt (1988), os gregos nutriam uma concepção de história e de movimento muito singular: o mundo estaria em perpétua mudança cíclica, o que faz com que o novo não seja inteiramente novo e o velho não seja exatamente velho. Essa compreensão sobre o tempo seria alterada por Agostinho, que introduziria a ideia de “recomeço”, de um rompimento na passagem do tempo secular. A vinda de Cristo mudava a ideia de passagem de tempo cíclica e inaugurava novas formas de representar as temporalidades do mundo: a humanidade esperaria a volta do Senhor.

Concordando de certa forma com esse pensamento de Arendt, e utilizando algumas reflexões de Luis LeRoy, Koselleck defende que um dos possíveis entendimentos contemporâneos de revolução como sucessão de formas de governo já era alvo de elucubrações dos gregos clássicos. Aristóteles chamava a mudança política de *metábole tôn politeiôn*, já Políbio denominava o processo de sucessão de formas de governo de *Anakyklosis tôn politeiôn*⁹. Independentemente do nome, era uma concepção de política que entendia a substituição contínua e progressiva de distintas formas de governo como um fenômeno cíclico:

[...] a primeira dentre todas as formas de governo era a monarquia, a qual, uma vez transmutada em tirania, era

⁶ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Editora Ática S. A. ; Editora Universidade de Brasília, 1988. P. 34.

⁷ Primeiro significado que o dicionário Michaelis, em sua versão virtual, atribui a “revolução”. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=revolu%C3%A7%C3%A3o>

⁸ Historiadora das ciências, professora da Universidade Federal do Sul da Bahia.

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto ; Ed PUC-Rio, 2006 p. 63.

dissolvida pela aristocracia. Segue-se o conhecido esquema, segundo o qual a aristocracia transforma-se em oligarquia, deposta a seguir por uma democracia, a qual, por fim, degenera na forma decadente de uma oclocracia, dominação pelas massas (KOSELLECK, 2006, p. 63)

Dentro do pensamento grego descrito por Koselleck, o caos gerado pelo desgoverno das massas abriria brechas para a dominação por um único sujeito e o ciclo político se iniciaria novamente. Este movimento era entendido como uma mudança natural. Nesta forma de compreender o mundo não há espaços para o inteiramente novo, o homem estaria preso aos diversos ciclos da vida.

O campo semântico desenvolvido na antiguidade clássica não teria, portanto, proporcionado condições para o surgimento da palavra. As raízes do sentido contemporâneo de “revolução” só poderiam ser encontradas muitos séculos mais tarde.

A alteração do sentido na Independência Estadunidense e na Revolução Francesa

O conceito moderno de revolução, inextricavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII (ARENDETT, 1988, p. 23)

O conceito de “revolução” teve sua utilização transportada

metaforicamente da cosmologia para a política. Os pensadores do século XVII, como analisa Koselleck a partir de LeRoy¹⁰, resgatam a concepção clássica dos ciclos de formas de governo e começam a chamar de “revolução” as dinâmicas de alteração do cenário político¹¹. Na cosmologia e na astrologia, a revolução dos astros era um fenômeno curioso, já que não poderia ter interferência dos homens, posto que é natural e perfeita, mas, mesmo assim, exerceria profunda influência na Terra. Os homens, diretamente influenciados pelos desígnios vindos do campo celeste, eram incapazes de alterar essa relação. Este sentido natural é, em um primeiro momento, incorporado à concepção de “revolução” política: os homens nada poderiam influenciar no ciclo natural de sucessões de seus governantes. “I have seen in this revolution a circular motion” disse Hobbes em relação à Grande Revolução Inglesa¹². A ideia de “revolução” na política tinha uma conotação de “restauração, de “retorno à verdadeira Constituição”. Isso não significa a inexistência de revoltas: as sublevações e guerras civis que aconteceram aos montes na Baixa Idade Média e nos séculos XVI e XVII recebiam muitos e distintos nomes, nenhum deles lembraria o que entendemos hoje por “revolução”. Arendt (1988) enfatiza que a ideia de que os homens são naturalmente iguais não existia até o século XVIII. Para a filósofa alemã, “revolução” pressupõe a busca pela liberdade e pela igualdade entre os homens, fato que não era característico das revoltas dos tempos anteriores às revoluções:

A questão social só começou a

10 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto ; Ed PUC-Rio, 2006 p. 64.

11 “Telle est la révolution naturelle des polices...” disse LeRoy a respeito da novo uso da palavra revolução empregado na alteração dos quadros políticos. Ver Koselleck, 2006, p. 64.

12 Hobbes observa como essa revolução havia se iniciado questionando a monarquia absoluta, que passou para os regimes comandados pelo parlamento, depois a ditadura de Cromwell e, por fim, a monarquia renovada de Charles II. Citado por Koselleck (2006) na página 64.

desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, conseguiram libertar-se dos grilhões da pobreza, e a miserável multidão dos trabalhadores, fosse inevitável e eterna. (ARENDRT, 1988, p. 18)

Segundo Koselleck, esses confrontos anteriores à Modernidade eram entendidos como forma de tensionamento que alguns grupos estamentais exerciam para o alargamento de seus privilégios. “Revolução” não era sinônimo de “guerra civil”, embora os dois conceitos pudessem manter certa interdependência: a troca cíclica de formas de governo poderia comportar os sangrentos conflitos entre os grupos de interesse.

No século XVIII, a utilização metafórica de “revolução” começa a se disseminar entre outros campos do conhecimento, como costumes, religião, economia e direito. Torna-se uma palavra extremamente popular entre os pensadores:

Assim, o conceito originalmente natural e, portanto, trans-histórico dissemina seu significado parcial e metafórico, que acaba por se tornar predominante. O movimento abandona sua base natural para adentrar a atualidade do cotidiano. (KOSELLECK, 2006, p. 67)

Por influência da Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, “revolução” passa a ser associada a uma forma de transição de governo que não precisaria necessariamente de uma guerra

civil. Os dois termos começam a se dissociar. Esse processo, segundo Koselleck, junta-se com a crescente perspectiva iluminista que refuta o uso da violência como forma intrínseca à transformação. A partir do Iluminismo, e de seu otimismo em relação às expectativas geradas no homem, “revolução” muda seu sentido original. “A partir de 1789 ela conduz a um futuro a tal ponto desconhecido, que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa na política”. (Koselleck, 2006, p. 69).

Arendt propõe que a experiência moderna de autoconscientização sobre a própria miséria provém da experiência revolucionária norte-americana. John Adams e outros pais fundadores teriam cultivado esse tipo de reflexão que empodera o indivíduo e estimula a autorreflexão. Locke e Adam Smith reverteriam a imagem negativa que gozava o trabalho braçal, principalmente o empreendido na área rural, antes visto como “mero trabalho da plebe”. Os novos defensores do liberalismo caracterizam esta atividade como basilar para a produção das riquezas das nações.

Maquiavel é, para Arendt, uma figura fundamental no processo de secularização do mundo. A partir de sua defesa da emancipação do governante em relação aos preceitos morais cristãos, o campo político poderia dissociar-se do religioso e, assim, desenvolver-se em um processo independente. É importante frisar que a Renascença não cunhou a palavra revolução nem, muito menos, resgatou qualquer palavra grega ou latina que remetesse ao seu significado contemporâneo.

Koselleck identifica na Revolução Francesa o momento em que o conceito é ressignificado¹³. A partir de 1789 “revolução” passa a ter como

13 Arendt defende que a primeira vez que a metáfora foi deslocada dos céus para a terra foi quando Liancourt informa Luis XVI sobre a Queda da Bastilha: quando o rei pergunta se era

uma revolta, o outro corrige: ‘Não, senhor, é uma revolução’. Aqui a palavra é empregada no sentido de “irresistibilidade”. É um entendimento de que está “além do poder humano detê-la” seria uma “lei em si mesma” (Arendt, 1988, p. 38).

principal característica a ideia de agrupar os fundamentos básicos que orientam uma convulsão social. “...o conceito adquire um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens na revolução” (Koselleck, 2006, p. 69).

Já Arendt possui uma opinião distinta. Para a filósofa, o conceito “revolução”, como o compreendemos hoje, não foi desenvolvido antes, ou mesmo, durante as revoluções francesa e americana. Seu conceito está ligado à compreensão que os pensadores deram ao fenômeno posteriormente a essas grandes sublevações. Segundo sua perspectiva, a palavra foi introduzida no meio político na década de 1660, associada à restauração da monarquia na Inglaterra.

O conceito, mesmo nas Revoluções Americana e Francesa, tem um significado atrelado à “restauração”.

Seriam protagonizadas por “homens que estavam firmemente convencidos de que não fariam outra coisa senão restaurar uma antiga ordem de coisas que fora perturbada e violada pelo despotismo de monarcas absolutos ou por abusos do governo colonial. Eles alegavam, com toda sinceridade, que desejavam o retorno dos velhos tempos em que as coisas eram como deviam ser.” (ARENDR, 1988, p. 35)

Outra importante característica da avaliação de Koselleck em relação à alteração do significado do conceito se refere à noção de temporalidade. O autor defende que, a partir da Revolução Francesa, houve uma “aceleração do tempo” e uma “secularização das expectativas apocalípticas de salvação”. Mais facilmente perceptível hoje em dia, a noção de tempo acelerado teve como um

dos seus grandes impulsionadores a Revolução Francesa. Assim, nasce também uma ideia de que “revolução” era um rompimento na linha temporal, inaugurando um novo começo para o estado das coisas.

Koselleck analisa como esse fenômeno impacta diretamente a filosofia e as expectativas dos ocidentais, tanto em relação ao futuro quanto ao passado. O futuro era o lugar da “revolução permanente”, no qual o projeto revolucionário sempre estaria se renovando e buscando atingir seus objetivos iniciais. Revolução torna-se um fenômeno irreversível e universal. O sentido do tempo altera-se definitivamente.

Outro fenômeno detectado pelo historiador alemão é a passagem da “revolução política para a revolução social”¹⁴. A ideia de transformação das estruturas sociais e estamentais, e a emancipação dos homens, era inédita antes da Revolução Francesa. É a partir desse marco historiográfico que se inicia o questionamento a respeito das desigualdades sociais.

Para Koselleck, este atrelamento entre o projeto revolucionário político permanente e o projeto revolucionário social lançam as bases do entendimento moderno do conceito. A revolução permanente e universal só poderia cessar quando atingisse seus objetivos. Marx incorporou habilmente essas premissas em suas reflexões acerca do projeto revolucionário socialista.

Koselleck discute como a questão da legitimidade da “revolução” é algo paradoxal, tendo em vista que pretende modificar o formato político e social, alterando bruscamente as normas e condutas institucionalizadas - a revolução não é automaticamente legítima. Quem defende a sua legitimidade é quem a

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto ; Ed PUC-Rio, 2006 p. 71.

irrompe:

O conceito de uma revolução legítima tornou-se necessariamente um conceito partidário no campo da filosofia da história, uma vez que sua pretensão à generalidade alimenta-se de seus antônimos, a ‘reação’ e a ‘contrarrevolução’. Se, em princípio, até mesmo os que se opunham à revolução a reivindicavam, ela, uma vez legitimada, reproduziu continuamente seus inimigos, de modo a perpetuar-se.” (KOSELLECK, 2016, p. 76)

Nesse aspecto, diz o historiador alemão, a revolução acaba por se aproximar ao antigo conceito de guerra civil. O autor salienta que o século XX é permeado por inúmeras guerras civis – como na Grécia, Coréia, Vietnã, Hungria, Argélia, Congo, Oriente Médio – e indaga se o projeto de revolução permanente não teria se tornado uma fórmula “oca”, “que pode ser pragmaticamente usada e abusada pelos mais diferentes programas dos mais diferentes grupos nacionais” (Koselleck, 2006, p. 77).

Acreditamos que uma forma de resolver esse problema pode ser encontrada na reflexão que Arendt faz do conceito. Para a filósofa, “revolução” só pode ser verdadeiramente entendida em paralelo com “libertação” e “liberdade”. Seguindo a argumentação de Condorcet – “A palavra ‘revolucionário’ só pode ser aplicada a revoluções cujo objetivo seja a liberdade”¹⁵ –, a filósofa argumenta que apenas se poderia reivindicar o nome “revolução” para aqueles processos nos quais uma libertação está em questão. Uma tomada de poder que tenha por objetivo a manutenção de privilégios, ou mesmo a substituição de uma oligarquia por outra, não poderia ser compreendida pelo conceito.

Conclusão

Embora as reflexões de Arendt e Koselleck sejam distintas, é importante ressaltar que possuem certo grau de complementaridade. Hannah Arendt, judia e alemã de nascença, emigrou para os Estados Unidos em 1941, fugindo do Nazismo. Lá ficou até a sua morte. É interessante notar que sua argumentação em relação à formação do conceito de “revolução” tem muita influência das reflexões feitas acerca do processo de independência estadunidense. Foi através dos sentimentos de libertação do indivíduo, e das legitimações filosóficas de que esse processo necessitou, que o conceito pôde ter seu significado alterado e readaptado linguisticamente às novas demandas políticas e sociais.

Já Reinhart Koselleck associa a ressignificação do termo à Revolução Francesa, essa sim, inaugurando uma nova forma de se pensar as temporalidades, teria dado origem ao sentimento de “revolução permanente” que permearia os séculos seguintes. Este historiador alemão, que teve forte formação sociológica, preocupa-se com o “esvaziamento” do sentido de “revolução”. Esse “esvaziamento” faz com que o termo possa ser utilizado fora de seu verdadeiro contexto, ficando passível de instrumentalização por quaisquer grupos de interesses.

É interessante notar que esta observação que Koselleck realiza há quase 40 anos possui uma atualidade assustadora. Como vimos, o uso grosseiro da palavra se dá diariamente nos mais diferentes contextos. A utilização do termo “revolução” em reportagens jornalísticas como a já apresentada “Revolução grisalha: adeus tinturas, cabelos brancos estão na moda”¹⁶ acaba por enfraquecer o caráter revolucionário do termo. Compreender “revolução”

¹⁵ARENDR, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Editora Ática S. A. ; Editora Universidade de Brasília, 1988 P. 23

¹⁶ Reportagem da Revista Istoé apresentada no começo deste texto.

como sinônimo de “alteração” é simplificar grosseiramente e despolitizar um conceito histórico que possui uma origem e um desenvolvimento profundamente marcados pelo ato de “libertação”.

Esta é, inclusive, uma das bases do pensamento de Arendt. A “revolução” só faz sentido entendida como processo libertador. Neste sentido, consideramos que uma insurreição violenta que mantém privilégios e cerceia direitos – como o Golpe Militar brasileiro, que muitos chamam de Revolução de 1964 – não poderia nunca ser chamada de “revolução”.

Acreditamos que a revolução deve ser compreendida como a permanente construção da liberdade. É tarefa do homem moderno, após tomar consciência de sua exploração, através das grandes Revoluções do século XVIII, revolucionar-se cotidianamente: revolucionando-se, se liberta.

Este é também o entendimento de Silva (2015) que, ao valer-se das reflexões de Florestan Fernandes, defende que “o uso da palavra revolução como sinônimo de golpe de Estado (principalmente no que dizia respeito ao governo militar brasileiro e à tomada de poder em 1964) tem um profundo caráter ideológico” e “(...) empregar revolução em vez de golpe de Estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de escamotear a realidade histórica.” (SILVA, 2015, p. 364).

Essas reflexões acerca do sentido de revolução, feitas décadas atrás, nunca

foram tão contemporâneas. As implicações do uso acrítico do conceito, e de como este pode ser instrumentalizado e utilizado de forma ideológica¹⁷, podem ser vistos diariamente. Um exemplo é observado na notícia apresentada pelo site jornalístico do portal UOL no dia 15 de agosto de 2017¹⁸. Sob o título de Professores denunciam ameaça de PMs em audiência na Unifesp: ‘depois morre e não sabe o porquê’, a matéria denuncia as ameaças feitas por policiais militares aos professores que estavam reunidos em uma audiência pública para discutir o Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo em relação a direitos humanos. De acordo com o texto, os professores afirmaram que, além dos inúmeros tipos de coerção que sofreram, os militares reivindicavam a substituição da nomenclatura “Ditadura Militar de 1964 para Revolução de 1964”¹⁹.

Está claro que o desconforto político que hoje vivemos no Brasil evidencia o importante papel que o historiador deve exercer na sociedade. Historicizar os conceitos é uma forma de preservar a qualidade do debate. Para uma sociedade que tem o seu futuro estremecido pelo obscurantismo, é papel fundamental do historiador destrinchar as complexas teias de significados dos conceitos a fim de evitar a todo custo a sua instrumentalização ideológica.

Referências

ARENDRT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Editora Ática S. A; Editora Universidade de Brasília, 1988

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989

<https://noticias/2017/08/15/depois-morre-e-nao-sabe-por-que-teria-dito-pm-em-audiencia-sobre-diretos-humanos-na-unifesp.htm>

¹⁹ Aqui não discutiremos o quão empobrecedor é um debate no qual um dos interlocutores se vale de coerção para ganhar a discussão. Este é um assunto para estudos mais aprofundados.

¹⁷ *Ideologia* no sentido que Marilena Chauí concebe, como uma forma de afirmação, por parte dos dominantes, de um modelo sócio-político – ou qualquer outro fenômeno associado à manutenção do poder pelo domínio das ideias – que tem como objetivo a preservação de seus privilégios.

¹⁸ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed PUC-Rio, 2006.

SILVA, Francismary Alves da. *Historiografia da Revolução Científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin*. Belo Horizonte,

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2010

SILVA, Kalina V. e SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.